



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFUGIADOS DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 06 E 19 DE OUTUBRO DE 2022, REUNIÃO REMOTA.

Às quinze horas e zero minutos do dia seis de outubro de dois mil e vinte e dois, pelo aplicativo Zoom, sob a Presidência do Deputado Túlio Gadêlha, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Plínio Valério, Nelsinho Trad, Alexandre Silveira, Paulo Paim, Eliziane Gama, Dr. Zacharias Calil, Angela Amin, Camilo Capiberibe e Joenia Wapichana. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Rafael Tenório, Irajá, Nicoletti, João Maia, Renato Queiroz, Eduardo Barbosa e Leônidas Cristino. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Senadora Mara Gabrilli faz a leitura do plano de trabalho. Às onze horas e treze minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia dezoito de outubro de dois mil e vinte e dois. A reunião é reaberta às quatorze horas e trinta minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e vinte e dois. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Definição do Plano de Trabalho e cronograma das atividades da Comissão em 2022. **Resultado:** São aprovados os Requerimentos nºs 1 a 6, e nº 8/2022 - CMMIR. Fica prejudicado o Requerimento nº 7. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e oito minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Túlio Gadêlha

Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo nos links abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/10/06>

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/10/19>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. Fala da Presidência. *Por videoconferência.*)
– Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à apreciação do plano de trabalho e de requerimentos. Dessa forma, passo a palavra à Relatora, Senadora Mara Gabrilli, para que possa fazer a leitura do plano de trabalho.

A SRA. MARA GABRILLI (PSDB - SP. Como Relatora. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Presidente Túlio Gadêlha.

Bom dia a todos.

Obrigada, Vice-Presidente, Senador Paulo Paim, e demais colegas presentes nesta sessão.

De início, eu gostaria de congratular o nosso Presidente, Deputado Túlio.

Como a íntegra do plano de trabalho se encontra no *site* desta Comissão, para a gente ganhar tempo, eu vou destacar os pontos principais do cronograma de atividades da Cmmir neste segundo semestre.

Esta relatoria que me compete deverá promover agenda reduzida e seletiva, em virtude das peculiaridades do ano de 2022. Com as eleições gerais em curso, só foi possível instalar a Comissão tardiamente e, praticamente, possuímos ainda três meses de trabalho, porém os deslocamentos forçados e a mobilidade humana, queridos e queridas colegas, não cessaram e esta Comissão não ficou inerte. Em março e agosto deste ano, eu tive a honra de representar a nossa Comissão, a Cmmir, como porta-voz, na Organização das Nações Unidas, em Genebra... *(Falha no áudio.)*

Desculpem-me.

Eu estava dizendo que fui para Genebra como porta-voz da Cmmir na Organização das Nações Unidas, onde ainda cumpro, em paralelo, um mandato de perita no Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e, em ambas as ocasiões, pude me reunir com representantes de alto nível do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) e do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, na figura de seu Presidente, o Sr. Peter Maurer.

Nessas missões, eu tive um olhar especial para a situação dos migrantes e refugiados com deficiência, como aqueles que atualmente estão fugindo do conflito russo na Ucrânia. Na ONU, eu tive reuniões bastante proveitosas com as delegações do Brasil e da Ucrânia, com o Embaixador Tovar Nunes e a Embaixadora Yevheniia Filipenko, Embaixadora da Ucrânia na Missão ONU, em Genebra, com quem pudemos avançar junto ao Itamaraty na assistência humanitária e emissão de vistos humanitários para aquele país em flagelo.

No que concerne à competência desta Comissão sobre migrações e refugiados para os meses que estão por vir, propusemos algumas atividades. Elas se dividem em três principais assuntos: a chegada dos refugiados afegãos ao Estado de São Paulo; o futuro da Operação Acolhida em Roraima nos próximos quatro anos; e a interseção das mudanças climáticas com os deslocamentos forçados e como essa dinâmica impacta o território brasileiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na primeira frente, propomos uma audiência pública e uma visita técnica com o objetivo de levar a missão da Cmmir, em novembro, para o aeroporto de Guarulhos, onde há, em média, 30 a 100 afegãos acampados por noite, enquanto eles buscam acolhimento especializado. A missão também visitará centros de acolhida especializados do Estado de São Paulo para recepcionar a população imigrante refugiada.

Na segunda frente, propomos audiência pública para debater acerca do futuro da Operação Acolhida, considerando o próximo mandato presidencial 2023-2027 e a nova representação do Acnur no Brasil, prevista para ter início em 2023.

Por fim, sugerimos uma audiência pública para discutir os atuais deslocamentos forçados provocados pelas mudanças climáticas. Trata-se de uma oportunidade para que nós possamos debater os impactos da crise climática na situação humanitária global. Esse fenômeno tem uma dupla face, pois ele abrange não só os deslocamentos forçados em âmbito internacional como também aqueles que ocorrem nas dinâmicas internas do nosso Brasil, como, por exemplo, a histórica migração norte-sul no território brasileiro e muitos outros deslocamentos que ocorrem no nosso país em virtude das assimetrias regionais.

À vista das circunstâncias descritas, propomos uma reunião de deliberação deste plano de trabalho – esta que estamos realizando hoje – e uma outra final, a fim de apresentar o relatório, além de três audiências públicas, com as seguintes datas propositivas: dia 6/10, a Comissão realizará reunião para deliberação do plano de trabalho e de requerimentos – três para a realização de audiências públicas e um de viagem técnica a Guarulhos –; dia 20/10, audiência pública sobre a situação dos refugiados do Afeganistão em São Paulo; dia 3/11, audiência pública sobre o futuro e perspectivas da Operação Acolhida em Roraima; dia 10/11, visita técnica a Guarulhos e São Paulo; e, dia 1º/12, audiência pública sobre os deslocamentos forçados e mudanças climáticas e ambientais.

Com base nessas atividades, será elaborado o relatório final para apreciação desta Comissão, a ser apresentado na segunda semana de dezembro deste ano.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Devolvo agora a palavra ao Presidente, Deputado Túlio Gadêlha.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. *Por videoconferência.*) – Eu que agradeço, Senadora Mara Gabrilli.

Informo também a todos os presentes que, hoje, pela manhã, nós concedemos uma entrevista para a Rádio Câmara, falando sobre os trabalhos desta Comissão, sobre a importância de se apresentar esse Plano de Trabalho e sobre o seu cumprimento, dado o curto prazo que temos pela frente, mas também enaltecendo o empenho e o brilhante trabalho da Senadora Mara Gabrilli na condução desse relatório.

Foram apresentados também os Requerimentos nºs 2 a 8.

Em discussão os requerimentos. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Passamos à votação.

Em votação o Plano de Trabalho, bem como os requerimentos.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os Requerimentos nºs 1 a 6 e o de nº 8. Fica prejudicado o Requerimento nº 7.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO MOREIRA MAIA – Presidente... Presidente Túlio...

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. *Por videoconferência.*) – Oi!

O SR. RICARDO MOREIRA MAIA – Aqui é o Secretário Adjunto, o Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Ricardo!

O SR. RICARDO MOREIRA MAIA – É só para esclarecer que a gente não tem quórum para votação, apenas para abertura. Então, as votações ainda não podem ser encaminhadas.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. *Por videoconferência.*) – Ah, sim! Não temos quórum ainda?

O SR. RICARDO MOREIRA MAIA – É. As votações não podem ser encaminhadas.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. *Por videoconferência.*) – A gente pode permanecer aqui, aguardando o quórum, por enquanto, mantendo a sessão aberta? Ou a Mesa orienta encerrarmos a sessão e iniciarmos a próxima com esse quórum, para tentarmos alcançar o quórum desejado?

O SR. RICARDO MOREIRA MAIA – Podemos suspender a reunião ou...

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. *Por videoconferência.*) – Suspendemos a reunião?

O SR. RICARDO MOREIRA MAIA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. *Por videoconferência.*) – Certo. Deixe-me consultar aqui.

Ricardo, me dê um minuto para eu consultar nossa equipe, para eu poder me informar melhor sobre isso. Tudo bem?

O SR. RICARDO MOREIRA MAIA – O Senador Paulo Paim pediu a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. *Por videoconferência.*) – Senador Paulo Paim, com a palavra, nosso eterno Presidente.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – A querida Senadora Mara Gabrilli, brilhante especialista, conhecedora, apresentou aqui um belo Plano de Trabalho. Tenho certeza de que ele será aprovado por unanimidade.

E nós, a partir daqui, então, é claro, temos, nesse processo eleitoral... Todos nós estamos nos dedicando em nível estadual e mesmo em nível nacional. O que eu digo é que é uma das eleições mais importantes das nossas vidas. Não vou fazer aqui debate, defendendo essa ou aquela candidatura. Todo mundo sabe que, naturalmente, eu defendo o Presidente Lula. Mas quero só dizer que esperamos que o debate seja sempre no alto nível, tanto no Plenário, como também em nível nacional, e que se debatam programas para o país, para o nosso povo, para todos os discriminados, e uns dos que são mais discriminados são os próprios refugiados. Esta Comissão cumpre um papel fundamental nesse sentido.

Eu queria, primeiro, como é nossa primeira sessão, cumprimentar também o Presidente Túlio Gadêlha pela Presidência que ele vai exercer nesse período, com a competência de sempre, e pelo trabalho que ele vem fazendo.

Nesse sentido, Presidente, sem querer me alongar – se for preciso, a gente fala um pouco mais, na expectativa de que, quem sabe, a gente consiga ainda o quórum –, eu queria pedir que o Requerimento 7, que eu apresentei, seja retirado de pauta. Apresentei outros dois, e, nesses dois... Eu vou manter os últimos dois que foram entregues.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se o Presidente assim entender, como a nossa querida Relatora, Senadora Mara Gabrilli, eu poderia, talvez, para ganhar tempo – não é para ganhar tempo, é para ganhar tempo para que outros entrem; ali percebi que entrou um outro Senador –, fazer a leitura dos requerimentos – são dois, são bem simples – e, nesse período, então, nós vamos na expectativa de que cheguem mais Senadores.

O Presidente Túlio entendeu? Posso fazer a leitura desses requerimentos, extrapauta?

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. *Por videoconferência.*) – Pode sim, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. Para encaminhar. *Por videoconferência.*) – Então vamos lá. E vamos torcer para que nesse período cheguem outros Senadores e Senadoras, para que a gente possa, então, deliberar.

Então, um dos requerimentos... Primeiro, fiz o pedido para V. Exa. – pelo que entendi, V. Exa. o acatou – de que eu pudesse fazer a leitura. Vai ser, claro, votado no momento adequado. Requerimento.

Sr. Presidente, requero, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em data a ser marcada em combinação com o Presidente e com a Relatora, com o objetivo de debater a xenofobia no Brasil e no mundo.

Aí vem agora a justificativa.

Conforme o [site politize.com.br](http://site.politize.com.br), o conceito de xenofobia está relacionado com o preconceito contra diferentes culturas e etnicidade – em realidade, o preconceito contra grupos étnicos (povos que se identificam mutuamente com base em sua ancestralidade e possuem os mesmos costumes, cultura, religião, língua, etc.) não é novo na humanidade.

No decorrer da história humana, muito da dominação e subjugação de um povo sobre outro partia da justificativa da “superioridade cultural” de um grupo em relação aos demais. Um exemplo na antiguidade são os povos greco-romanos, que enxergavam os demais como “bárbaros”, por não possuírem os mesmos costumes e crenças praticadas na Grécia e na Roma antigas.

Como consequência, justificavam as suas invasões e guerras em uma ideia de que era preciso lutar pela sobrevivência de suas tradições, uma ideia ilusória de “civilização” contra “selvagens”.

Hoje, segundo o sociólogo Johan Galtung (1969), exemplos como o citado de ações violentas e de dominação entre grupos podem ser caracterizadas como violência cultural. Ela representa a violência por motivos de religião, ideologia, linguagem, arte, ciência entre outros.

Nesse sentido, podemos conceituar a xenofobia como uma expressão da violência cultural. Isso porque a xenofobia nasce da concepção de que estrangeiros (que vêm de fora) ou desconhecidos são portadores de uma cultura de menor valor, que tem o potencial de ameaçar a integridade da cultura de um país ou comunidade.

Vejam a gravidade dessa reflexão.

Isso significa que a xenofobia consiste na rejeição e discriminação contra estrangeiros ou outros devido às suas características culturais, sociais e mesmo políticas. Nessa linha, a sua ideia se baseia na valorização exaltada do próprio grupo nacional ou social e da sua cultura, convertendo grupos externos em menos relevantes e inferiores.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) define a xenofobia da seguinte forma: "sentimento de aversão, desconfiança, medo, antipatia, rejeição em relação ao estrangeiro, ao que vem de outro país, ao que vem de fora. O sentimento de xenofobia se manifesta em atitudes discriminatórias e, muitas vezes, violentas, tanto verbais como físicas e psicológicas contra migrantes".

O nosso país é um país hoje aberto ao mundo, sempre foi, nessa perspectiva, e muitos são aqueles nossos brasileiros que estão no exterior. E nós queremos que eles sejam respeitados, bem tratados, que haja solidariedade, assim como a gente aqui recebe os que vêm de outros países. Por isso, vamos debater esse tema de extrema importância para o Brasil e também para o mundo.

Esse é um dos requerimento de que eu fiz a leitura. É claro que vamos convidar técnicos, especialistas que tenham uma visão da democracia, uma visão de mundo, uma visão para todos, de que todos devem ser respeitados, todos devem ser acolhidos, para que a gente possa, quem sabe, no futuro, dizer que no Brasil não tem mais xenofobia nem discriminação. Vamos trabalhar para isso.

Segundo requerimento – já vou em frente porque eu sei que não há quórum ainda para votação.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública com o objetivo de debater em um ciclo de debates os "Direitos Sociais de Migrantes e Refugiados", numa perspectiva de discutir o Brasil, mas também como é lá fora, fazendo com isso a comparação, de forma a construir uma legislação que seja acolhedora para todos aqueles que precisam.

Justificativa.

O *site* Politize informa que, além de não possuírem proteções legais, os estrangeiros no século XX no Brasil passaram a ter maiores restrições em relação à participação social, sob a justificativa da segurança nacional. Ocorre que grande parte dos operários e trabalhadores nessa época no país eram estrangeiros e, em busca de melhores condições de trabalho, começaram a participar ativamente dos movimentos trabalhistas.

Assim, em 1907, foi publicada a primeira lei de expulsão de estrangeiros do Brasil, o Decreto 1.641, que determinava que qualquer estrangeiro que comprometesse a tranquilidade pública poderia ser expulso do território nacional.

Já em 1938, foi aprovada a primeira legislação que regulava a entrada de imigrantes no país, com o objetivo de moldar a composição do povo brasileiro. Assim, o Decreto nº 406 foi publicado, impedindo a entrada de pessoas... Veja, Mara Gabrilli! Assim, o Decreto nº 406 foi publicado, impedindo a entrada... Veja, meu Presidente Túlio Gadêlha, que está aqui coordenando os trabalhos, repito: assim, o Decreto nº 406 foi publicado, impedindo a entrada de pessoas com deficiências, pessoas de etnias cigana e os considerados indigentes, e, na visão deles, outras expressões como vagabundos, o que já demonstra o preconceito muito bem utilizado para barrar a entrada daqueles que eles entendem que não estão de acordo com sua visão de mundo.

Enfim, vamos debater em um ciclo de audiências públicas os direitos sociais de migrantes e, eu diria, refugiados no Brasil, mas com uma visão internacional.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso vai ser muito bom para combater todo tipo de preconceito. Eu entendo que o Brasil só será um país de primeiro mundo no dia em que brancos, negros, pessoas com deficiência, independentemente da sua orientação sexual, tenham direitos iguais e sejam respeitados conforme o caminhar da sua própria história de vida.

Independentemente de quem ganhar o Governo, vai ter que governar para todos e não somente para o núcleo que porventura tenha se identificado mais com o seu programa ou com os votos que deram, porque, uma vez eleito Presidente da República de um país continental como o nosso, tem que acolher a todos, governar para todos. Somente assim – eu dizia ontem e repito hoje – nós poderemos voltar a ser um país considerado de quinta ou sexta economia mundial. O Brasil tem todas as condições de fazer isso acontecer, desde que a gente não discrimine ninguém e governe para todos.

Era isso, meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. *Por videoconferência.*) – Agradeço aqui ao nobre Senador Paulo Paim pela leitura dos requerimentos. Parabenizo-o pelos requerimentos apresentados.

Senador, a gente está hoje aqui com a presença de nove Parlamentares, precisamos de um quórum de treze. Dialogando aqui com a Mesa, a gente sugere a suspensão dos trabalhos e marca a retomada desses trabalhos para as 15h, para que a gente possa aproveitar esse quórum de nove Parlamentares presentes e tentar reabrir nossa reunião ainda hoje e ter todos esses nossos requerimentos apresentados e o plano de trabalho da Senadora Mara Gabrilli, que foi muito bem escrito e pensado, aprovados, para a gente não perder esta importante reunião.

Dessa forma, chamo para as 15h a reabertura desta reunião e declaro suspensa a presente reunião.

Obrigado, Senador Paulo Paim. Obrigado, Senadora Mara Gabrilli. É um prazer vê-los aqui novamente aqui, depois de uma dura corrida eleitoral. Vamos trabalhar este ano para mudar os rumos do país. Um abraço grande!

O SR. PAULO PAIM (PT - RS. *Por videoconferência.*) – Um abraço, Presidente. Até as 15h.

A SRA. MARA GABRILLI (PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Abraço. Abraço a todos!

(Iniciada às 10 horas e 50 minutos, a reunião é suspensa às 11 horas e 15 minutos do dia 06/10/2022.)

O SR. PRESIDENTE (Túlio Gadêlha. REDE - PE. Fala da Presidência. *Por videoconferência.*) – Declaro reaberta a 2ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Migrações Internacionais e Refugiados.

A Presidência comunica que, no dia 6 de outubro, a Senadora Mara Gabrilli procedeu à leitura do seu Plano de Trabalho, suspendendo-se, em seguida, essa reunião.

Foram apresentados também os Requerimentos nºs 2 a 8.

Comunico que esta Presidência recebeu o contato do Deputado Leônidas Cristino informando ter dificuldades para acessar o *link* desta reunião, solicitando, assim, o registro de sua presença.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, determino à Secretaria da Comissão o registro da presença do Deputado Leônidas Cristino na presente reunião.

Em discussão os requerimentos. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, passamos à votação.

Em votação os requerimentos.

Em votação o Plano de Trabalho, bem como os requerimentos, exceto o Requerimento nº 7, que foi retirado pelo autor.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os Requerimentos nºs 2 a 6 e o Requerimento nº 8.

Fica prejudicado o Requerimento nº 7.

Antes de encerramos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todas e todos.

Até a próxima reunião da CMMIR!

(Reaberta às 14 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 48 minutos, do dia 19/10/2022.)